

Local: Plataforma EAD

Data: 29 de abril

Horário: 14:00 às 17:30

Programação preliminar:

Image not found or type unknown

Objetivo do curso:

No dia 10 de dezembro de 2020, o Senado federal aprovou o Projeto de Lei nº 4.253/2020, o qual teve sua proposta final em 10 de março do corrente ano, sendo então protocolado para sanção presidencial para ser concluída no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Sendo considerado o novo marco para as licitações e contratos na Administração Pública em todas as esferas administrativas, traz consigo a valoração de capital humano. Com isso, a atual gestão municipal será a encarregada em promover a mudança organizacional necessária para atender a todos os parâmetros apontados pela nova lei de licitações.

O curso terá por objetivo compreender a aplicação da gestão por competências junto a Administração Pública Municipal, como sendo um modelo de orientação voltado para a geração de resultados sustentáveis e para o desenvolvimento das competências de pessoas, equipes de trabalho e unidades produtivas, indispensáveis, que podem ser observadas em uma gestão pública municipal, trazendo um correto norteamento decisório.

A CNM - Confederação Nacional de Municípios e o IPZ - Instituto Paulo Ziulkoski trazem essa qualificação totalmente online.

Público-alvo:

Servidores de setores de planejamento, licitações e contratos, CPL, pregoeiros e equipes de apoio, setores demandantes, comissões de recebimento, comissões de apuração de responsabilização, bancas de julgamento, controladores internos, assessores jurídicos, ordenadores de despesas, gestores e fiscais de contratos.

Palestrante:

Image not found or type unknown



Daniel Almeida

Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Sergipe e pós-graduando em Educação à Distância 4.0 pela FAEL, é Administrador de Empresas graduado pela UCSAL, com metodologia de ensino superior pela ADESG/FABAC, especialista em Direito Público com ênfase em Licitações e Contratos pela FAEL e em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRRJ.

Consultor e assessor técnico especializado em licitações e contratos, detém vasta experiência junto a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, e ao Sistema 'S'; atualmente desenvolvendo as atribuições de Conselheiro Regional (quadriênio 2021-2024), Diretor de Fiscalização e Registro (biênio 2021-2022) e Pregoeiro do Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA/SE). Colaborador Permanente do Portal "Pregoeiro Digital" e dos periódicos SLC e SAM, articulista nas principais revistas nacionais de licitações e contratos – "Governet", "Negócios Públicos", "O Pregoeiro" e "JML" -, com artigos publicados pela Revista Jurídica "Jus Navigandi" e pelo TCE-PR, TCE-TO e TJDF. Co-autor em cartilhas de enfrentamento da covid-19 e do e-book Desmistificando o Procedimento de Pesquisa de Preços. Consultor, Professor e palestrante da Associação Nacional de Pregoeiros, Presidente de CPL, Membros e Equipes de Apoio - ANPPME (RO)

Conteúdo Programático:

1. Breves relatos impulsionadores da nova lei de licitações

- Cenário mundial
- Cenário Nacional

2. A importância das licitações para as Políticas Públicas

- As licitações como impulsionadores de políticas públicas
- As licitações como uma política pública

3. Governança Municipal no processo de mudança das compras municipais

4. A gestão por competências na Administração Pública Municipal

- Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas na Administração Pública
- Valorização das competências – o que observar

5. Os agentes públicos trazidos pela nova lei de licitação

- Ocupação obrigatória de atribuições por servidores efetivos
- Cargos com possibilidade de assunção por servidores não pertencentes aos quadros do município
 - efetivos de outros órgãos
 - comissionados
- As particularidades das comissões de contratação, agentes de contratação e pregoeiros

6. Adaptação municipal à gestão por competências

- Formatação das equipes de trabalho
- Necessidade de capacitação continuada e preparativa funcional
- Implementação de indicadores de desempenho

7. Aplicação legal proposto pela nova lei de licitação

- *Vacatio Legis* será aplicável na gestão de pessoas?
- Particularidades para os municípios com menos de 20 mil habitantes

Investimento:

Inscrições **GRATUITAS** para **servidores de Municípios filiados adimplentes à CNM** com o limite de até **3 inscrições**, a partir da **4ª**, investimento de **R\$ 90,00 por servidor**.

As vagas são limitadas, inscreva-se e garanta a sua!

O valor de inscrição para participante de **Município não filiado à CNM** ou **pessoa não vinculada a Município** será de **R\$ 190,00**.

Após a inscrição você receberá informações para pagamento da mesma.

Certificado:

Para emissão do certificado será preciso atingir a carga horária mínima de 75%.

Informações ou dúvidas? Contate-nos:

(51) 3407-4935 | (51) 3279-4823 - cursos@institutopz.com.br

Horário:

O evento será realizado no fuso horário de Brasília/DF.

Image not found or type unknown



Informações: (61) 2101-6655 ou atendimento@cnm.org.br